



revista  
**CIDADES**

volume 12 | número 21 | 2015

# URBANIZAÇÃO DIFUSA

## SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	1
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
DOSSIÊ: URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA	
APRESENTAÇÃO.....	2
<i>Maria Encarnação Beltrão Spósito</i>	
CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA .....	14
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy	
GIUSEPPE DEMATTEIS	
CONTRO-URBANIZZAZIONE, PERIURBANIZZAZIONE, CITTA' DISPERSA E RETI DI CITTA' IN ITALIA.....	35
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy	
GIUSEPPE DEMATTEIS	
MANIFESTACIONES DE LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ENTORNO DE LAS CIUDADES MEDIAS: RESPUESTAS CONVERGENTES EN CONTEXTOS DIFERENTES.....	55
Manifestations of the urban dispersion in the environment of the medium sized cities. Convergent answers in different contexts	
FRANCISCO CEBRIÁN ABELLÁN	
DISPERSÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	91
Urban dispersion and capitalist modernization	
NESTOR GOULART REIS	
FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RESULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS.....	108
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database	
CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO	
FORME ET ÉTALEMENT URBAIN AU BRESIL: FAITS ET HYPOTHESES PREMIERS ENSEIGNEMENTS DE LA BASE DE DONNEES BRASIPOLIS.....	153
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database	
CATHY CHATEL E MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO	
A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA.....	197
L'étalement urbain est-il vraiment “urbain”? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France	
<i>François Moriconi-Ebrard</i>	

L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ? DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE.....	225
<i>A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França</i> <i>François Moriconi-Ebrard</i>	
DISPERSÃO URBANA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE.....	250
<i>Dispersion urbaine: notes pour un débat</i> <i>IGOR CATALÃO</i>	
CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFERIAS?.....	278
<i>Eccentric cities or new peripheries?</i> <i>ESTER LIMONAD E HELOISA SOARES DE MOURA COSTA</i>	
CIDADES E CENTRALIDADES NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA.....	305
<i>Cities and urban centralities in the amazon region: from the diffent territorial arrangements to the diffuse urbanization process</i> <i>SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR</i>	
NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990.....	335
<i>In seeking for similitudes... The diversity in urbanization and in urban dispersion arises in the state of Rio de Janeiro in post-1990</i> <i>MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA E TATIANA DE SOUZA GASPAR</i>	
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.....	359
<i>The origins and evolution of urban sprawl process in the vale do paraíba fluminense (Rio de Janeiro-Brazil)</i> <i>JÚLIO BENTES</i>	
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA – A EXPANSÃO NO EIXO SUDESTE.....	400
<i>Recent changes in metropolitan area of Fortaleza-Ce, Brasil – expansion in southeat axis</i> <i>BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES</i>	
<b>FORA DO DOSSIÊ</b>	
O MUNDIAL E O PLANETÁRIO.....	441
<i>HENRI LEFEBVRE</i>	

## O MUNDIAL E O PLANETÁRIO\*

HENRI LEFEBVRE

Estas proposições apresentam um projeto, aquele de um conhecimento ao mesmo tempo descritivo, analítico e global, que se ligaria positiva e negativamente à prática social. Este conhecimento se nomearia “espacio-logia” ou “espaço-análise”, se tentássemos etiquetá-lo<sup>1</sup>.

Certas *proposições* fazem mais do que enunciar: elas põem e propõem. Elas põem um “objeto” atual e propõem um “objetivo”. Isso implica no emprego da dedução e da indução clássica, mas também da *transdução* que visa um “objeto” virtual e sua realização sobre um caminho em direção a um horizonte “pro-posto”.

Estas proposições são abstratas, mas no sentido da abstração conceitual que faz mais e melhor do que designar o concreto: que o contém. *Propor* não equivale a *produzir*, porém as *proposições* abrem a via àqueles que produzirão. São as assertivas *teóricas* que incluem alguns encaminhamentos ditos “metodológicos”; os quais se explicitarão ao *caminhar*, sem que seja necessário aqui detalhá-los seguindo um procedimento banal.

Se alguém pergunta: “Por que começar aqui e assim?”, eis uma resposta: “Comecem, por favor, relendo Marx (Marx, e não Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky etc.), de quem retomamos aqui certos conceitos, não sem modificações cujo alcance aparecerá *ao andar*”.

---

\* Do original: LEFEBVRE, Henri. Le mondial et le planétaire. *Espaces et Sociétés*, Paris, p. 15-22, 1973. Foi apresentado em seminário realizado em Lima (Peru), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em 2 de dezembro de 1972. Traduzido por Cláudio Smalley Soares Pereira, e revisado por Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eliseu Savério Sposito. Tradutor e revisores agradecem a *Espaces et Sociétés* pela autorização da publicação desta tradução. Este periódico foi o responsável pela última revisão deste texto em idioma português.

<sup>1</sup> Cf. também *Le Droit à la Ville*, Anthropos, 1968 (O direito à cidade, São Paulo, Centauro, 2008); *La révolution urbaine*, Gallimard, coleção “Idéias” 1970 (A revolução urbana, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999); *La Pensée marxiste et la Ville*, Casterman, (A cidade do capital, Rio de Janeiro, DP&A, 1999); *Espace et politique* (Espaço e política, Belo Horizonte, EduFMG, 2008), e *Production de l'Espace*, Anthropos, 1973, etc. Sobre a *transdução*, cf. *Le Droit à la Ville* (O Direito à cidade), p. 121 e s.

1 - A primeira proposição parecerá anódina e até banal. Não é certo que as suas implicações o sejam. Aqui está: *o espaço social, a prática de espaço social* (ou seja, a prática espacial), *o conjunto das questões e projeto relativos ao espaço* (social) *tomam uma importância preponderante nas sociedades modernas*. Com efeito, cada sociedade nascida da história, com suas particularidades, anteriormente modelava seu espaço, pela violência, pela astúcia, pelo trabalho. Seu espaço; sua obra! Hoje, trata-se do espaço à escala mundial (planetária e mesmo além dela). Desta situação nova, vêm à tona causas e razões por elas mesmas, saindo da penumbra histórica: o mercado mundial, as técnicas e as ciências, a pressão demográfica etc. Essas causas e essas razões coexistem no espaço com seus efeitos e suas consequências, por exemplo, as demasiadamente famosas poluições, o esgotamento dos recursos, a destruição da natureza. Convém reuni-los numa concepção unitária. Tal reunião constituirá uma teoria, à condição, evidentemente, de não confundir (de discernir) razões e consequências, causas e efeitos, na sua simultaneidade espacial. A concepção teórica que assim fica elaborada não pretende determinar uma “totalidade” acabada, ainda menos constituí-la em “sistema” ou em “síntese”.

2 - Há nas nossas sociedades uma “problemática” do espaço – conceitual, teórica –, e uma prática, observável empiricamente. Esta “problemática”, para empregar a linguagem da filosofia, compõe-se de interrogações sobre o espaço mental e social, sobre suas conexões, sua ligação com a natureza e a lógica etc. A prática espacial, constatável, na Arquitetura, no “Urbanismo” (para empregar a linguagem oficial), no ordenamento efetivo dos percursos e dos lugares, na vida cotidiana, ou seja, na realidade urbana, distingue-se da problemática, mas não pode evidentemente dela se separar.

3 - A preponderância do espaço exige a reconsideração de uma grande parte do saber, notadamente, na sociologia, na economia política, na antropologia, na própria história. Este saber foi concebido a partir de esquemas globais seja *intemporais* (à maneira da filosofia clássica até Hegel) – seja *temporais* no sentido

de historicidade, ao afirmar a prioridade e primazia do tempo sobre o espaço. Estas ciências não estão elas mesmas já presas à confrontação do temporal e do espacial? Há toda razão de pensá-lo! Este confronto inevitável, doloroso, perigoso no pensamento teórico como na prática não pode deixar de engendrar uma crise do saber. As línguas, cada uma em particular e todas em geral, falam-se e se escrevem em um espaço-tempo mental: elas descrevem mal o tempo social, o espaço prático e bem menos ainda o espaço mundial e o tempo inerente. Elas devem se desconstruir e se reconstruir. Como poderia ser diferente se é exato que as linguagens (léxicos, sintaxes) populares têm uma origem camponesa e artesanal e as linguagens mais elaboradas uma origem teológico-filosófica? Quanto à indústria e a suas técnicas, elas mal começam a influenciar o vocabulário e a sintaxe.

A reconsideração metodicamente perseguida do saber (em vez de fixá-la na epistemologia) não seria o único caminho para salvá-lo – ao unir o saber crítico à crítica do saber? Sem tal reconstrução, ele se desmorona debaixo dos golpes do não-saber e do anti-saber; no niilismo. A questão assim colocada contém sua resposta, portanto, não é indispensável no momento insistir nisso. Um ponto apenas: a interrogação a respeito do espaço, tomada por fora da prática e sobre o plano de um “puro” saber que se imagina “produtivo”, esta interrogação, ainda filosofante pode, ela também, degenerar. Em que? Em consideração sobre o espaço intelectual, sobre “a escritura” como espaço espiritual de um povo, como espaço mental de uma época etc.

A prova do espaço não pode se separar de outra prova: aquela do corpo (da relação do conhecimento teórico com o corpo, fundamento da prática).

4 - As conexões entre o espaço *mental* (aquele dos matemáticos, dos filósofos, aquele da epistemologia, quer dizer a representação elaborada do espaço, mas também, aquele da percepção banal, do espaço das representações e do discurso cotidiano) e o espaço *social* (aquele das acumulações investidas sobre o planeta e ao investi-lo, aquele das práticas espaciais) essas conexões fazem parte da

problemática. Bem ou mal articuladas, elas constituem um elo essencial, metodologicamente, no encadeamento que vai do elementar e do parcial ao global. Apenas seu exame atento permitirá evitar duas armadilhas: a confusão entre o mental e o social (que reduz um ao outro, geralmente o social ao mental) – sua separação (que torna impossível a elucidação da prática). Não se deve *objetivar* sem precauções os esquemas elaborados num espaço mental, embora epistemologicamente racionalizado. Esta operação perigosa, que se nomeia “operacionalismo” (a mania e manipulação dos conceitos ditos “operatórios”) o faz sem escrúpulo. Mas inversamente, não se pode alcançar o “real”, quer dizer a prática (atual e virtual, presente ou possível) sem partir de um espaço mental, sem levar em conta o trajeto que vai dos lugares abstratos deste espaço mental ao espaço da prática social e a prática social no espaço. Tal obra de Heidegger (vide *Qu’est-ce que la philosophie?*) tenta uma *aggiornamento* do pensamento filosófico – do espaço mental elaborado – sem conseguir, em razão da supremacia que ele mantém do tempo sobre o espaço; o que lhe impede de resolver o conflito que o revela entre a Fixação e a Erância.

5 - A *problemática* e (se queremos ainda empregar a linguagem dos filósofos) a *temática* do espaço assim como a elaboração das *categorias apropriantes*, não suprimem nem os conceitos e categorias, nem os questionamentos em proveito do tempo passado, do original, do esforço reflexivo para assistir aos nascimentos, em uma palavra da história. Se há “supressão”, é no sentido bem conhecido de uma superação que transforma, porém não elimina apagando repentinamente. A *problemática* nova desloca a antiga, substitui-a modificando-a. O significado já não se descobre mais no original (o começo), apesar dos últimos filósofos (Heidegger), mas mais adiante, no curso e ao longo do percurso, em direção ao horizonte, no possível e impossível (e suas relações). As *contradições do espaço*, ainda a serem descobertas na sua vastidão, contêm ao se deslocarem aquelas do tempo, não sem acrescentar-lhes novos conflitos. O conceito de *estratégia*, ao se

desenvolver no espaço social-mundial, substitui pouco a pouco os de historicidade, de tempo histórico, de determinações e de determinismo históricos. Estes últimos conceitos se referem a um passado-ultrapassado; eles não têm outra verdade a não ser nesse passado. Em nome do atual, ele não convém nem desacreditar o histórico, nem recair no historicismo – nem refutar a memória, nem fetichizar as imagens, símbolos e ícones. O que provém do tempo sofre nesse momento uma prova: a “perda de identidade” das culturas, dos povos, dos grupos e até dos indivíduos. Referências e referenciais vindos da história desmoronam. Os valores erigidos ou não em sistemas, esmigalham-se, confrontando-se e se afrontando. As pessoas mais cultas se encontram na situação dos povos que a conquista e a colonização desapropriaram (alienadas). O que não se reinscreve no espaço, inventando (produzindo) uma morfologia, resseca-se em signos, resolvendo-se em relatos abstratos, e evita o formalismo sem conteúdo, somente carregando-se de mitos e de fantasias. Quando as formações históricas, como os rios para o mar, atingem o espaço (mundial), umas se espalham como um delta pantanoso e outras imitam a turbulência dos estuários. Umas apostam democraticamente na sobrevivência pela inércia e outras na violência militar e política. Sempre vem um momento dramático, aquele do questionamento, quer se trate do capitalismo ou do socialismo, da Filosofia ou da Religião. *Momento*. Esta palavra designa aqui uma época.

Esta temível prova e esta confrontação se desenrolam de uma maneira muito desigual nas formações, segundo sua força, seu enraizamento numa natureza, suas modalidades de amarração com a história. Nenhuma destas formações, as “culturas”, as nações e os Estados-nações, as línguas, as tradições orais e as escrituras, nada pode escapar à múltipla confrontação no espaço com os outros (culturas, línguas, nações). Nem a Filosofia nem o saber. Menos ainda o “Materialismo Histórico” (cujo essencial começa a se desprender do que persiste em Marx como racionalismo clássico, como metafísico e finalismo: o sentido pressuposto do vir-a-ser, da história etc.). A ideologia, como se diz, sempre tem vários objetivos



e serve aqui de disfarce, de defesa. A prova já começou. A relação “tempo-espaço” escapa ao filósofo. Ela se produz na prática social.

A informática e a cibernética, isto é a transmissão quase instantânea das informações e sua concentração em uma localização quase pontual, enquanto cobrem o espaço, transformam o conhecimento. Elas introduzem contradições específicas: entre o conhecimento como tal e sua utilização pelo poder (as estratégias).

6 - À escala planetária, no “quadro” (se é que se pode dizer) do mercado mundial, a economia política se transforma. O mercado mundial não é uma entidade soberana, controlada pelos imperialismos; ele não coincide mais com nenhum deles. É complexo: sólido e imponente por certos lados, frágil e ameaçado por outros. Ele compreende o mercado de bens e de capitais; este desdobramento impede de falar em termos de lógica, de aplicar-lhe sem reservas as noções vindas de Marx de uma lógica ou de uma língua da mercadoria. Supõe e impõe uma *divisão do trabalho* (uma repartição dos trabalhos produtivos e dos investimentos no espaço). Sabe-se que a divisão *técnica* do trabalho introduz *complementaridades* (operações produtivas encadeadas de modo racional), enquanto que a divisão *social* introduz *desigualdades e conflitos*, de maneira cega e como se diz: “irracional”. As relações de produção não desaparecem no quadro da “mundialidade”, nem naquele do “modo de produção” considerado como uma totalidade. Elas continuam sendo a chave, o essencial da realidade: algo *concreto*. Portanto, interações e trocas. Através destas interações, o mercado mundial desenha configurações, inscreve na superfície terrestre espaços cambiantes. Daí, as contradições no espaço e do espaço, entre países, povos, classes. A análise crítica da divisão do trabalho dupla: (técnica e social) já feita por Marx à escala das empresas industriais, dos mercados nacionais e de um esboço de mundialidade, deve ser retomada hoje à escala do espaço (mundial) das firmas multinacionais etc.

7 - A economia política antiga transforma-se em economia política do espaço. Ela se transformou depois que alguns pensadores (dentre eles François Perroux, depois Samir Amin) expuseram os conceitos já espaciais de *pólo* (de crescimento), de *centro* e de *periferia*. Tudo na economia se “mobiliza”, especializa-se e se dialetiza. Os modelos abstratos de crescimento, de harmonização, são desacreditados, atingidos pela obsolescência. Os procedimentos de planejamento e semi-planejamento (o empirismo dos administradores, o pragmatismo dos políticos, os balanços-matérias e balanços financeiros), dão lugar ao *planejamento espacial*. Este trata dos *fluxos*: energias, matérias primas, dinheiro, mão de obra, bens diversos, pessoas e coisas misturadas, signos, informações e conhecimentos, símbolos, capitais etc. Ele tenta conectar e coordenar no espaço esses múltiplos fluxos. Em qual espaço? Em grandes unidades geopolíticas (a Europa etc.), inscritas no mundial. A economia política, nela incluída a formalização doravante clássica em Marx (onde ela se unia rigorosamente à sua crítica e à sua autocrítica), esta ciência não pode evitar uma reconsideração. O que restará? Alcançará, após reconstrução, a unidade entre a formalização e o conteúdo, entre a “positividade” científica e a negatividade crítica? Talvez. Desde Marx, uma evidência nova se levanta no horizonte: os *corpos sociais* (inclusive as classes, as instituições etc.) ocupam um espaço e fazem (produzem) espaço, o espaço ocupado e o espaço produzido que não coincidem. Atuam, nele se “expressam” e se “refletem”, como se diz, de forma mais ou menos adequada, através de suas relações. Ocupado e produzido, o tecido urbano invade todo o espaço. Este espaço participa da produção de bens, das coisas, das mercadorias; ele se consome produtivamente; mas ao mesmo tempo a exploração e a dominação o cobrem integralmente. O espaço, tendo completamente deixado de ser um “meio” neutro, passivo, vazio, torna-se um instrumento social e político. A serviço de quem? Com que objetivo? A quem serve e por quê? Está aí a questão central. Resposta: ele torna-se lugar e meio da *re-produção das relações (sociais) de produção*, e antes das relações (sociais) de produção capitalistas.

8 - Uma contradição nova aparece no horizonte: entre *fluxos* (o que move, o efêmero) e *fixidades* (centros estabelecidos, lugares de decisão, instituições, “propriedades” diversas etc.). Esta soma separada de realidades pode ser tomada como um conhecimento? Terá este conhecimento um nome conhecido, Economia Política, Sociologia? Nada menos seguro. O certo, é que no espaço assim engendrado, as distâncias não se confundem mais com as proximidades, a produção do espaço desliga a ordem distante da ordem próxima, a das vizinhanças “naturais”, e o geo-político se distingue do geo-gráfico<sup>2</sup>.

9 - Os produtores do espaço provêm de uma análise que definirá seu papel atual, distinto (porém não separável), do papel dos produtores de coisas no espaço. Esses agentes da produção do espaço são numerosos. Uns situam suas intervenções ao nível das “macro-decisões”, e outros ao das “micro-decisões”. Estes “agentes”, cujas intervenções são, ao mesmo tempo, conjuntas e separadas, num espaço, ao mesmo tempo, homogêneo e quebrado, nomeiam-se: políticos, tecnocratas e planejadores, militares, financistas, autoridades locais, trabalhadores da construção civil, “usadores”<sup>3</sup> e “lutas urbanas” etc. O arquiteto e o urbanista fazem parte desses produtores do espaço, mais claramente que os pintores,

<sup>2</sup> No texto original em francês, há um salto entre os pontos 6 e 9. As numerações “7” e “8” foram incluídas seguindo a versão traduzida para o inglês, encontrada em: LEFEBVRE, Henri. *The Worldwide and the Planetary*. In: LEFEBVRE, Henri: *State, Space, World*. Essays selecteds. Neil Brenner and Stuart Elden (eds.). University of Minnesota/Minneapolis Press, 2009. p. 196-209. [N.T].

<sup>3</sup> A tradução *ipsis litteris* de “usager” é usuário. De acordo com Sérgio Martins e Margarida Maria de Andrade (em LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008, p. 181, nota 1), Lefebvre propõe a ideia de “usador” em contraste à de “usuário”, tendo como base o conflito entre uso e troca, apropriação e valorização, desenvolvendo de forma mais clara esta ideia em LEFEBVRE, Henri. *De l'État : le mode de production étatique*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977 (especialmente o capítulo II), e LEFEBVRE, Henri. *De l'État : les contradictions de l'État moderne*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978 (especialmente o capítulo V). Seabra (1996, p. 78, nota 5), também esclarecendo a respeito do termo, afirma: “Lefebvre propõe conteúdos diferenciados para *usager* e “*usager*”. Assumimos por *usager* o usuário, e “*usager*” o usador [...] De modo que para o usuário estão os modos de consumo, com o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usador estão as relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais: o espaço do corpo, os alimentos, o sono [...]”. Por conta disto, e como Lefebvre emprega “*usager*” entre parênteses, optamos por seguir a tradução da expressão de acordo com os esclarecimentos de Seabra (Cf. *A insurreição do uso*: In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.) e Martins e Andrade (2008). [N.T].

os escultores etc. Inserem-se no processo de produção e re-produção e por conseguinte na prática espacial do modo capitalista de produção. Em que medida podem eles se livrar dessas obrigações e do espaço instrumental? Isso depende do movimento democrático *na base*, o das comunidades locais, dos sindicatos (quando eles se preocupam com a questão), dos “usadores”, dos operários da construção, ou seja, da rede de relações sociais que visam à qualidade do espaço mais ou menos intensa e claramente.

A prática espacial do modo de produção capitalista tenta utilizar o espaço *instrumental* (espaço como ferramenta) e torná-lo institucional para introduzir uma coerência na exploração e opressão, quer dizer nas relações de produção e de classe tais como elas se concretizam “no campo”. A prática espacial não pode atingir este objetivo, a não ser por um concurso de circunstâncias e de oportunidades, pois ela suscita contradições novas, as contradições do espaço. Já que o espaço outrora “neutro” (em aparência) se transforma em instrumento e em instituição, uma interrogação formula-se a propósito de cada espaço e de cada intervenção no espaço: Quem? Para quem? Para que? Encontraremos a velha questão filosófica do *Sujeito*? Sim e não. Questões e respostas mudaram.

A análise crítica da produção do espaço adquire um interesse prático, implicando o estudo e o conhecimento do papel da construção (privada ou pública) como ramo industrial cada vez menos subsidiário – o conhecimento das instituições “responsáveis” e das relações entre os “agentes”. O papel da construção, do “imobiliário” como se diz, não se limita mais a uma função econômica; ele vai até a elaboração de um espaço, que tira de todos (os “usadores”) o controle de sua vida cotidiana, que reparte a “força de trabalho” seguindo as exigências (cambiantes) da produção neocapitalista, que trata a mão-de-obra como uma “jazida” de energia, como um fluxo de objetos.

Para apreender estas mudanças no modo de produção, um ponto de partida: o mercado mundial, a conquista do espaço planetário pelo mercado, a estratégia do modo de produção capitalista, a divisão do trabalho (técnica e social) à

escala planetária e, por consequência, o nível atual das forças produtivas, sua conexão com as ciências e a informação, a capacidade de tratar o espaço e de produzir espaço ao nível global. Apesar da fragmentação do espaço para a troca – malgrado o estilhaçamento do saber nas ciências parcelares – este pressuposto, sob a diversidade das palavras e dos conceitos, constitui uma unidade original e final.

Da ocupação do espaço, tentada e de certa maneira bem-sucedida pelo modo capitalista de produção, resulta uma crise de uma espécie nova, teórica e prática, que apenas começa. A violência é inerente ao espaço político, não somente como expressão da vontade (política) de poder, mas porque nele reina um terror permanente que separa e que procura unir (dos sexos aos povos) e confunde, sem análise, aquilo que se percebe (o tempo histórico, por exemplo, com sua inscrição espacial, ou ainda a natureza imediata, com a natureza segunda e construída, a cidade, o urbano, o espaço elaborado). Uma formidável potência de homogeneização se exerce, à escala mundial, produzindo um espaço no qual todas as partes são intercambiáveis (quantificadas, sem qualidades). A este poder, que não tem nada de misterioso – o automóvel faz parte disso de fato, como o dinheiro e o mercado mundial – forças e tendências adversas resistem, muito desigualmente: com mais energia nos países ditos “socialistas” (sobretudo na China), com menos força e mais eficazmente nos países e regiões ditos “mal desenvolvidos”. A resistência a estas pressões é ela mesma dupla: às vezes passiva, estagnada e, portanto, “reacionária”, às vezes ativa, dinâmica, criadora (portanto, subversiva). As tendências às *diferenças* entram em conflito com a brutal tendência à uniformidade quantificada. A violência inerente a estas forças que negam as diferenças, que as reduzem e as deduzem, suscita outra violência, das “contra-culturas”, das *especificidades* (como se diz de uma palavra obscura, metafórica e frequentemente utilizada perigosamente), e, por consequência, de outros procedi-

mentos (ainda incertos) para a produção do espaço. Estas oposições, estes contrastes, estes conflitos, estas contradições se observam no espaço e só podem se conceber em função do espaço.

Podemos enunciar o caso em termos mais clássicos. Uma longa acumulação quantitativa vai engendrar (ela já engendra, com muitos conflitos antigos e novos) não somente um *salto quantitativo*, mas um *salto no qualitativo*. Aquilo que se chama classicamente “a luta de classes” assume hoje muitas formas, mais complexas que anteriormente. As reivindicações e as lutas urbanas fazem parte disto. A luta implica em reivindicações qualitativas no que tange ao espaço (transporte, “habitat”, vida cotidiana). Uma das principais contradições do espaço, é que parece ser o meio por excelência da quantificação, que ele é o seu instrumento mais eficiente, enquanto que na realidade é, na verdade, ele que veicula qualidades (práticas), os lugares, os sítios e situações, as “topias”, as relações entre estes elementos.

As fronteiras sobre as quais se travam os combates (teóricos e práticos), não podem mais ser desenhadas como antes, uma linha abstrata separando o campo da classe explorada e o campo da classe dominante (detentora de poder). As demarcações atravessam todas as formações sociais, inclusive aquelas que se dizem *extra-políticas* (culturais, científicas, sindicais etc.), e aquelas que se declaram *políticas* (os partidos, os “movimentos”). O objetivo estratégico desta luta é a reunião dos elementos separados. Com a operação conjunta: discernir o que confundimos. As diferenças que nascem de um confronto generalizado só se descobrem através desta prova. Quem separa? Quem mistura? O pensamento e a ação dominantes no modo de produção capitalista. Por quê? Em razão da extrema divisão dos trabalhos (materiais e intelectuais) – em razão do parcelamento do saber (sob o signo de uma unidade fictícia, aquela de um enciclopedismo de fachada, ou aquela de uma filosofia obsoleta e do Estado político) – em razão do funcionamento de um intelecto não-dialético que só pode e só sabe separar, dispersar, disseminar o que apreendeu no seu funcionamento. A separação da quantidade e da

qualidade, entre outras, e a atribuição ao espaço da quantidade (sem qualidade) provém da filosofia tardia e decadente, des-dialetizada. À separação, à dispersão, opõe-se a reunião, como a compreensão das diferenças e sua realização opõem-se à confusão e à unificação forçada. A luta se desenvolve em frentes múltiplas, violenta, diversa e comum, contra o que separa e contra o que confunde. O “Total” e o “Global”, dito melhor e de outra maneira, o mundial e o planetário, concebem-se, produzindo-se na prática social (no tempo da prática espacial, de seus conflitos, de seus afrontamentos).

As zonas e regiões que resistem à totalização e à sistematização quantitativas seriam elas condenadas ao não-desenvolvimento por falta de crescimento? Não, sem nenhuma dúvida: elas *podem* conhecer um verdadeiro desenvolvimento, outro crescimento.

10 - Ainda um ponto: “Qual a relação desta teoria do espaço com o movimento revolucionário tal como existe?”.

Resposta:

a) Sua colocação em prática contribui para a dissolução da sociedade existente; ela intervém no coração da sua prosperidade para corroê-la e decompô-la, porque esta sociedade, na sua expansão, produz apenas o caos espacial. Se ela pode resolver algumas das contradições vindas da história, ela não resolverá, salvo imprevisto, as contradições do espaço (de seu espaço).

b) As formações políticas existentes ignoram as questões relativas ao espaço. Elas prolongam a história; outrossim, seus dirigentes sabem que o espaço – sua problemática – já as transborda ou as transbordará. Ora, o desconhecido de hoje é o conhecido de amanhã, portanto a política de amanhã e o além do político. O conjunto das populações (salvo as pessoas no poder que somente conhecem obstáculos às suas estratégias) atravessa já a prova dolorosa do espaço e da confrontação.

c) No que concerne ao tratamento do espaço, o “modelo” do socialismo de Estado (soviético) oferece apenas uma versão reforçada e agravada do “modelo” capitalista; o crescimento planejado, acelerado segundo o modelo, acentua os privilégios das “implantações”, aquelas das indústrias e dos centros de decisão; os outros lugares permanecem passivos (periféricos). Somente, parece, a via chinesa comporta o cuidado de levar a participação (ativa) do povo todo a um duplo processo: criação de riqueza e de vida social – produção no espaço e do espaço inteiro.

d) Outrora se acreditava necessário e suficiente definir a revolução por uma mudança política, ou pela propriedade coletiva (estatal) dos meios de produção (das unidades de produção: empresas industriais e em menor medida empresas agrícolas). O que parecia implicar a organização racional da produção e de toda a sociedade. O pensamento revolucionário degenerou assim em uma ideologia do crescimento. Hoje em dia, esta definição não é mais suficiente. O processo revolucionário implica no fim de toda propriedade privada, e antes disso, da propriedade privada (ou melhor: privativa) do solo. A sociedade transformada supõe a posse e a gestão coletiva do espaço. Quanto à orientação do processo que começa assim, passando por esta abertura, ela tenderá a superar a contradição entre a obra e o produto: entre o produto repetido e reproduzível, sua reprodução levando à reprodução das relações sociais – e a obra, o único, aquele que carrega a marca de um “sujeito”, de um momento que não voltará mais. Tratar-se-á de produzir o espaço planetário como obra da espécie humana, ao instar do que se nomeou e ainda se nomeia *a arte*. Portanto de criar o espaço terrestre como suporte social de uma vida cotidiana metamorfoseada: com possibilidades múltiplas. O que haviam prometido os grandes utopistas, Fourier, Marx, Engels, cujo pensamento estimulado pela imaginação, o conhecimento e o sonho pode se realizar. Obra concreta e sem limites, o espaço evitando a alternativa temporal entre o finito e o infinito (entre o começo e o fim).



11 - Este “ponto de vista”, essas “perspectivas” parecerão simplificações tanto quanto abstrações ou utopia. Resposta a esta objeção: estas proposições implicam, ao contrário, a recusa dos métodos redutores. Eles trazem uma unidade sem redução. Eles somente aparecem como simplificadores àqueles que preferem o caos (dos fenômenos espaciais, sociais e outros) a uma perspectiva que as torne compreensíveis sem redução. E que recorra a todos os poderes: a poesia e o imaginário, o corpo e o saber. Ela traz uma *orientação*. Nada mais e nada menos: é o que se chama um *sentido*, ou seja, um órgão que percebe, um movimento que faz o seu caminho, uma direção para certo horizonte. Nada que se pareça com um “sistema”. As velhas abstrações filosóficas só guardam um sentido ao concretizarse; elas se tornam concretas apenas se transformando: o “total” em “mundial”, o “sistema” em “planetário”, outra maneira de confrontar a temporalidade com a espacialidade.

A categoria de “totalidade”, por longo tempo preenchida pelo “ser” dos filósofos, depois pelo tempo, a história e o Estado, permaneceria vazia sem “o mundial”, que recebe uma dupla determinação: o “planetário” e o “modo de produção”, em uma unidade rica de virtualidades: a produção do espaço.

Uma revolução que gostaria de mudar a vida e transformar o mundo de maneira diferente do que pelo seu conhecimento e de seu cumprimento, seria ao mesmo tempo impossível e irracional (voluntarista e niilista). Ela não seria “utopiana” (conhecendo o possível e o impossível, focalizado sobre a transformação do impossível atual em possibilidade), porém *utópica*.

Os partidos ditos comunistas, à escala mundial, mostraram que abandonam não somente a transformação econômico-política (do que lhes culpam, com razão, trotskistas e maoístas), mas a transformação da vida. Eles se opõem fortemente (estrategicamente) às reivindicações qualitativas, enquanto que o qualitativo se eleva no horizonte: à ordem do século. Os “usadores”, nas lutas urbanas, reivindicam certas “qualidades do espaço”, produzindo, portanto qualitativo. As guerras também (abrigos, moradias subterrâneas).

Do que precede segue-se que a palavra de ordem “mudar a vida” só tem alcance a um muito alto nível das forças produtivas: após o longo e difícil período dito de crescimento. Antes de tal nível, é *utópico*. Ele toma outro sentido tão somente a partir do momento em que o quantitativo tende a mudar-se (conflitivamente) em qualitativo – em que o crescimento sem desenvolvimento parece absurdo – em que as técnicas e a ciência permitem produzir o espaço – em que a automatização prepara o não-trabalho. Contudo, enquanto aspiração e reivindicação, esta palavra de ordem, “mudar a vida”, mesmo anarquizante, individualista ou elitista, joga o papel de um sintoma do futuro. Anuncia uma mudança de significado, uma inflexão do tempo e do espaço: uma revolução (total).

Que o conhecimento se declare: subversivo, mas não niilista – necessário, e não suficiente. Sobretudo, que ele não renuncie a si, sob o pretexto de negar o “real” em nome do desejo ou da “filosofia pânico”.